

Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA

Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas
adotadas no Brasil em 30 de junho de 2024

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO (DRE)	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (DRA).....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL)	6
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO (DFC)	7
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA).....	8
01 CONTEXTO OPERACIONAL	9
02 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	9
03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	13
04 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	13
05 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	13
06 CRÉDITOS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E DEMAIS CONTAS A RECEBER.....	14
07 ADIANTAMENTOS DE PESSOAL	14
08 ESTOQUES DE MATERIAIS DE CONSUMO	14
09 IMOBILIZADO	15
10 INTANGÍVEL	15
11 FORNECEDORES	16
12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS	16
13 OBRIGAÇÕES COM PESSOAL.....	16
14 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS E PROVISÕES COM DESPESAS DE PESSOAL.....	17
15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19
16 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19
17 CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA	20
18 DESPESAS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	20
19 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	20
20 RESULTADO FINANCEIRO	21
21 SEGUROS DE RISCOS	21
22 EVENTOS SUBSEQUENTES.....	21

Demonstrações Contábeis

Período findo em 30 de junho de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial

Ativo	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	161.284	160.231
Créditos a Receber Curto Prazo			
Faturas e Duplicatas a Receber		207	287
Crédito de Fornecimento de Serviços	6	63.774	50.055
Adiantamentos a Pessoal	7	36.458	21.868
Demais Contas a Receber	6	8.557	7.251
Estoques			
Estoques Materiais de Consumo	8	24.387	27.936
Importação em Andamento		160	918
Despesas Pagas Antecipadamente		202	648
		295.029	269.194
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		1.565	1.591
Imobilizado	9	941.354	956.152
Intangível	10	1.531	1.604
		944.450	959.347
Total do Ativo		1.239.479	1.228.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis
Período findo em 30 de junho de 2024
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	11	21.036	22.184
Obrigações Tributárias e Sociais	12	73.043	74.572
Obrigações com Pessoal	13	73.398	86.526
Contingências Passivas e Provisões com despesas de Pessoal	14	293.640	240.310
Outras Obrigações		9.539	9.329
		470.656	432.921
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Subvenções e Doações para Investimentos		1.114	11.716
Contingências Passivas e Provisões com despesas de Pessoal	14	802.386	802.294
		803.500	814.010
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado	15	1.284.791	1.247.924
Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital		2.079	36.867
Ajuste de Avaliação Patrimonial	15	(19.720)	(19.297)
Prejuízos Acumulados		(1.301.827)	(1.283.884)
		(34.677)	(18.390)
Total do Passivo		1.239.479	1.228.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Período findo em 30 de junho de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Resultado do Período (DRE)

	Nota	Período de 01/04/2024 a 30/06/2024	Período de 01/04/2023 a 30/06/2023	Período de 01/01/2024 a 30/06/2024	Período de 01/01/2023 a 30/06/2023
Receita Operacional Bruta		77.396	72.902	153.683	147.763
Serviços Prestados		77.396	72.902	153.683	147.763
Deduções Da Receita Bruta		(643)	(295)	(1.280)	(295)
PIS sobre Faturamento		(115)	(53)	(228)	(53)
COFINS sobre Faturamento		(528)	(242)	(1.052)	(242)
Receita Operacional Líquida	16	76.753	72.607	152.403	147.468
Custos Dos Serviços	17	(471.563)	(422.908)	(898.622)	(811.636)
Resultado Operacional Bruto		(394.810)	(350.301)	(746.219)	(664.168)
Despesas Operacionais		(82.298)	(75.819)	(153.884)	(144.307)
Despesas Administrativas	17	(80.810)	(74.726)	(152.396)	(141.905)
Provisão para Contingências	17	(1.488)	(1.093)	(1.488)	(2.402)
Outras Receitas e Despesas	19	(335)	(5.344)	11.926	20.785
Receitas		555	(5.212)	15.744	21.075
Despesas		(488)	(128)	(3.411)	(187)
Resultado com Baixa de Bens Imobilizados		(402)	(4)	(407)	(103)
Prejuízo Antes Do Resultado Financeiro		(477.443)	(431.464)	(888.177)	(787.690)
Resultado Financeiro	20	1.112	1.002	1.924	1.707
Despesas Financeiras		(54)	(313)	(241)	(580)
Receitas Financeiras		1.166	1.315	2.165	2.287
Resultado Antes Das Subvenções Governamentais		(476.331)	(430.462)	(886.253)	(785.983)
Subvenções do Tesouro Nacional		425.439	368.527	859.364	773.488
Repases para Subvenções e Doações Governamentais		(867)	(12.252)	(2.556)	(38.438)
Reversões e Repases Concedidos		11.037	8.798	11.079	8.833
Prejuízo do Período		(40.722)	(65.389)	(18.366)	(42.100)

Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)

	Período de 01/04/2024 a 30/06/2024	Período de 01/04/2023 a 30/06/2023	Período de 01/01/2024 a 30/06/2024	Período de 01/01/2023 a 30/06/2023
Prejuízo do Período	(40.722)	(65.389)	(18.366)	(42.100)
Realização da Avaliação Patrimonial	197	200	397	401
Reversão de Menos Valia	-	-	26	-
Resultado Abrangente do Período	(40.525)	(65.189)	(17.943)	(41.699)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Período findo em 30 de junho de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

	Capital Realizado	Remessa de Subvenção p/ Investimento	Ajustes da Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.229.680	18.244	(18.494)	(1.188.679)	40.751
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	(401)	401	-
Aumento de Capital	18.244	(18.244)	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	27.365	-	-	27.365
Prejuízo do Período	-	-	-	(42.100)	(42.100)
Saldo em 30 de junho de 2023	1.247.924	27.365	(18.895)	(1.230.378)	26.016
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.247.924	36.867	(19.297)	(1.283.884)	(18.390)
Realização da Avaliação Patrimonial	-	-	(423)	423	-
Aumento de Capital	36.867	(36.867)	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	2.079	-	-	2.079
Prejuízo do Período	-	-	-	(18.366)	(18.366)
Saldo em 30 de junho de 2024	1.284.791	2.079	(19.720)	(1.301.827)	34.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Período findo em 30 de junho de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto (DFC)

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	30/06/2024	30/06/2023
Prejuízo do Período	(18.366)	(42.100)
Ajustes para reconciliar o resultado	15.080	14.487
Ajustes de Depreciação/Amortizações	14.440	15.197
Juros e Correção Monetária sobre Depósito Recursal	(43)	(57)
Variação Cambial Passiva (Importação)	80	232
Variação Cambial Ativa (Importação)	(66)	(187)
Baixa de Bens Imobilizados	4.108	2.963
Produção de Bens em Estoque	(1.893)	(1.461)
Reversão/Provisão p/Devedores Duvidosos	123	(134)
Doações de Bens Móveis	(616)	(263)
Doações de Mercadorias	(1.052)	(1.803)
Variação de Ativos e Passivos	15.936	49.520
Créditos Fornecimento Serviços (CP e LP)	(15.048)	(17.446)
Adiantamentos a Pessoal	(14.589)	(14.573)
Outras Contas a Receber (CP e LP)	(20)	(36)
Depósitos Judiciais/Devedores p/Convênios	26	(85)
Importações em Andamento (Estoque)	757	(699)
Estoques	6.493	6.870
Despesas Pagas Antecipadamente	447	242
Fornecedores	(1.148)	1.904
Outras Obrigações a Pagar	267	1.359
Obrigações com Pessoal	(13.128)	(4.409)
Obrigações Sociais a Pagar	8.382	1.258
Obrigações Tributárias a Pagar	(9.912)	27.426
Adiantamentos de Clientes	(13)	416
Provisão para Férias	2.723	5.398
Provisão para 13º salário	49.125	43.493
Provisão para Previdência Privada	-	(1.772)
Provisão para Licença Especial	4.031	5.525
Provisão pra Contingências	(2.457)	(5.351)
Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	12.650	21.907
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de Bens Imóveis	(1.434)	(1.425)
Aquisições de Bens Móveis	(1.380)	(24.526)
Aquisições de Importação em Andamento	(200)	(1.418)
Aquisição de Intangíveis	(60)	-
Caixa Líquido gerado pelas atividades de investimento	(3.074)	(27.369)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Subvenções Governamentais/Receitas Diferidas	(10.602)	(8.833)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.079	27.365
Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento	(8.523)	18.532
Caixa Adicionado/(Consumido) no Exercício	1.053	13.070
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	160.231	133.546
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	161.284	146.616
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalente de Caixa	1.053	13.070
Doações de Bens Móveis (Imobilizado)	(616)	(262)
Doações de Mercadorias (Estoques)	(1.052)	(1.803)
Transações Que Não Envolveram Caixa	(1.668)	(2.065)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Período findo em 30 de junho de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receitas		
Prestação de Serviços	153.683	147.763
Outras Receitas	15.207	21.379
Prov. Créd. Liq. Duv. - Reversão/Constituição	(973)	108
	<u>167.917</u>	<u>169.250</u>
Insumos Adquiridos de Terceiros (c/ICMS e IPI)		
Custos dos Serviços Prestados (Consumo)	113.748	108.313
Serviços de Terceiros	91301	88.288
Perda/Recuperação de Valores Ativos	1.090	290
	<u>206.139</u>	<u>196.891</u>
Valor Adicionado Bruto	(38.222)	(27.641)
Despesas com Depreciação/Amortização	(18.848)	(18.057)
Valor Adicionado Líq Produzido p/ Entidade	<u>(57.070)</u>	<u>(45.698)</u>
Valor Adicionado Recebido em Transferências		
Receitas Financeiras	2.165	2.287
Repasses Recebidos (-) Subvenções	856.807	735.050
Receitas de Diferido (Reversão de Subvenções)	11.079	8.833
Receitas de Aluguéis	1.039	1.050
	<u>871.090</u>	<u>747.220</u>
Valor Adicionado Total a Distribuir	<u>814.020</u>	<u>701.522</u>
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	564.412	504.850
Benefícios	52.423	47.839
FGTS	47.495	42.810
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	165.654	145.321
Estaduais/Municipais	35	37
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Despesas Financeiras	241	580
Locação de Imóveis/Condomínio	384	470
Locação de Máquinas e Equipamentos	1.742	1.715
Remuneração dos Capitais Próprios		
Prejuízo do Período	(18.366)	(42.100)
Valor Adicionado Distribuído	<u><u>814.020</u></u>	<u><u>701.522</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Período findo em 30 de junho de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Notas Explicativas

01 Contexto Operacional

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma empresa pública de direito privado, criado pela Lei n° 5.604, de 2 de setembro de 1970, sendo regido pelo seu Estatuto Social e caracteriza-se por ser uma Unidade Orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Vincula-se academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como apoio ao ensino e à pesquisa junto aos cursos da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem e demais cursos vinculados à área da saúde, sendo campo de aprendizado para cursos de graduação e pós-graduação.

É um hospital geral e universitário, que presta assistência médico-hospitalar a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), de convênios e particulares.

Em 21 de novembro de 2017, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da instituição adequando-o à Lei n° 13.303 de 27 de julho de 2016 (Lei das Estatais) e ao Decreto n° 8.945 de 27 de dezembro de 2016. A partir de então, do ponto de vista organizacional, a Assembleia Geral, representada pela União, delibera sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, sendo regido pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O HCPA é administrado pelo Conselho de Administração (CA), como órgão colegiado de deliberação estratégica e controle da gestão, e pela Diretoria Executiva (DE) como órgão executivo de administração e representação. O Conselho de Administração (CA) é composto por integrantes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), por membros representantes dos Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS), da Fazenda (MF), da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), pela Diretora-Presidente do HCPA e por um representante dos empregados. Já a Diretoria Executiva (DE) é composta por Diretora-Presidente, Diretor Médico, Diretor Administrativo, Diretora de Enfermagem, Diretora de Ensino e Diretora de Pesquisa.

Os professores da UFRGS atuam, no HCPA, na preceptoria dos programas de Residência Médica e Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS). Os funcionários são contratados sob o regime da CLT, e o Capital Social pertence integralmente à União Federal. Possui como órgão fiscalizador o Conselho Fiscal (CF), composto por dois membros do Ministério da Educação (MEC) e um membro representante do Ministério da Fazenda (MF).

02 Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Base de Preparação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, atendendo às disposições contidas na legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações, incluindo a Lei n° 11.638/07), nas Normas Brasileiras de Contabilidade, nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal, ao qual o HCPA aderiu em 01 de janeiro de 1992, na forma da Lei n° 4.320/64. A moeda funcional utilizada é o Real (R\$).

As demonstrações foram aprovadas na reunião da Diretoria Executiva do dia 09 de setembro de 2024.

(b) Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

Não houve novos pronunciamentos ou interpretações vigentes que pudessem ter impacto significativo nas políticas e nas Demonstrações Contábeis.

Com relação à NBC TG 06, a qual estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, em vigor a partir de 1° de janeiro de 2019, a instituição avaliou cada um dos

Demonstrações Contábeis

Período findo em 30 de junho de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

contratos atualmente vigentes. Optou-se pela não realização do registro contábil dos contratos caracterizados como arrendamento em função do custo incorrido para fornecimento da informação comparado aos benefícios proporcionados, conforme prevê a Resolução CFC N.º 1.374/11.

(c) Operações com Moeda Estrangeira

As operações de importação realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Real – R\$) mediante a utilização das taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil-BACEN e pela Receita Federal do Brasil- RFB. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbio sobre os ativos e passivos são apresentados na Demonstração do Resultado como Receitas e Despesas Financeiras.

(d) Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica seus ativos financeiros não derivativos sob a categoria de recebíveis, reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, pelo valor justo e após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. São apresentados como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como Ativos Não Circulantes).

Os recebíveis da Instituição compreendem: caixa e equivalentes de caixa, crédito de fornecimento de serviços e demais contas a receber. A Instituição não possui ativos financeiros mantidos para negociação, disponíveis para venda e operações em derivativos.

A Instituição reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. A Instituição tem como passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

(e) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os ativos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, depósitos em poupança, investimentos de curto prazo de alta liquidez e rendimentos diários, com risco insignificante de mudança de valor.

(f) Estoques de Material de Consumo

Os estoques de materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos apropriados até 30 de junho de 2024. No estoque não constam itens com custo superior ao valor realizável líquido. As perdas de estoque são reconhecidas como despesa do exercício em que ocorrem.

(g) Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais são compostos por valores recursais vinculados a causas trabalhistas corrigidos até 30 de junho de 2024. Os recursos depositados na Caixa Econômica Federal são atualizados pelo coeficiente de remuneração das contas do FGTS, enquanto que os depositados no Banco do Brasil são atualizados pela taxa de juros remuneratória da poupança. No caso do pagamento de depósitos recursais, estes são realizados com recursos próprios. Na execução do processo, se o desfecho for a favor do reclamante, a Instituição quita a dívida com recursos recebidos do Tesouro Nacional, e o valor do depósito recursal prévio é restituído ao HCPA, devidamente corrigido.

(h) Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação ou amortização acumulada. Os terrenos não são depreciados. O custo dos bens constantes nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2009 foi ajustado conforme laudo de empresa especializada, contratada para refletir o custo atribuído aos bens do permanente. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como

Demonstrações Contábeis

Período findo em 30 de junho de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

um ativo separado, conforme apropriado, somente se esses custos adicionais puderem ser mensurados com segurança e espera-se benefícios econômicos futuros. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Os gastos com reparos e manutenções possuem como contrapartida o resultado do exercício, quando incorridos.

Para que não haja perda do custo histórico, a depreciação ou amortização nas demonstrações contábeis está demonstrada pelo valor acumulado, desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

As depreciações e amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como demonstrado a seguir:

Bens	Vida Útil Estimada
Edificações (Prédios)	De 40 anos a 100 anos
Máquinas e Equipamentos	De 04 anos a 10 anos
Máquinas de Processamento de Dados	De 06 anos a 10 anos
Móveis e Utensílios Diversos	De 06 anos a 10 anos
Veículos	De 03 anos a 10 anos
Intangível – Software	05 anos

(i) Impairment de Ativos não Financeiros

A Administração do HCPA revisa anualmente o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado mantido e utilizado nas operações, por avaliações internas à entidade, as quais objetivam identificar indícios de desvalorização de um ativo ou grupo de ativos, conforme fontes externas e internas de informação.

(j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas pelas compras de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidas pelo valor justo e classificadas como passivos circulantes, pois a Instituição tem por prática o pagamento dos fornecedores no vencimento de até 30 dias após a certificação do serviço prestado ou bem adquirido.

(k) Obrigações Tributárias

São registrados os tributos federais PIS e COFINS incidentes sobre receitas próprias, assim como os valores retidos dos fornecedores referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e nº 07/73 e leis federais incidentes sobre bens ou serviços fornecidos conforme IN/RFB nº 1.234/2012 e nº 2.110/2022. A Instituição goza de isenção dos demais tributos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

(l) Benefícios a Empregados

A Instituição possui plano de benefícios a empregados, como auxílio-creche, assistência médica, seguro de vida, auxílio-alimentação, entre outros, sendo reconhecidos no resultado do exercício em que ocorre a prestação do serviço ao empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de aposentadoria complementar.

(m) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis, tributárias e outras) são reconhecidas quando: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Demonstrações Contábeis

Período findo em 30 de junho de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O valor das ações cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica do HCPA, é considerada possível é de: R\$ 15.361 Cíveis e R\$ 46.392 Trabalhistas, totalizando R\$ 61.753.

(n) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Instituição.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos, dos descontos, dos ajustes da receita referentes à dedução dos repasses financeiros recebidos da União para investimento e contabilizada independentemente de seu efetivo recebimento.

(o) Serviços Prestados

Todos os serviços prestados pela Instituição, ao Sistema Único de Saúde (SUS), a convênios privados, particulares, pesquisas e ensino, estão contabilizados na competência em que o fato gerador ocorreu e pelo seu valor bruto.

(p) Repasses Financeiros Recebidos

Esta rubrica representa os valores descentralizados pelo MEC para cobrir despesas com folha de pagamento de pessoal, encargos sociais, benefícios, financiamento do Tempo de Serviços Passado / Previdência Complementar, Investimentos (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) entre outras despesas. Inclui, também, as descentralizações de recursos repassados pelo MEC e por outros órgãos através de convênios para cobrir despesas de capital e custeio e as transferências de recursos por empresas privadas, para realização de projetos específicos.

(q) Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a instituição reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

(r) Custos dos Serviços e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com sistema de apuração de custos contábeis, que considera a análise por grupos de centros de custos agrupados por áreas afins.

Os valores dos custos diretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação e amortização, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referentes aos complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e as despesas pagos ou incorridos correspondentes às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

(s) Publicação da Concessão de Suprimento de Fundos

Atendendo ao Princípio da Publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal, o ato de concessão de suprimento de fundos é divulgado em meio eletrônico no endereço www.hcpa.edu.br e intranet.

Demonstrações Contábeis

Período findo em 30 de junho de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

03 Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados baseando-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativa de eventos futuros, políticas governamentais, orientações dos Órgãos Setoriais de Controle do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), assim como da Controladoria-Geral da União (CGU), do Tribunal de Contas da União (TCU), e demais fatores considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em diversas premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro, resultante de um orçamento econômico, continuamente acompanhado pela Coordenadoria de Gestão Financeira e pela Diretoria Executiva do HCPA. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas, dentre elas: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, redução do valor recuperável de ativos, entre outras.

04 Gestão de Risco Financeiro

(a) Risco de Liquidez

O risco da Instituição não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros é administrado com o monitoramento das previsões de um fluxo orçamentário/financeiro realizado pela Coordenadoria de Gestão Financeira. A este departamento compete assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, obedecendo às leis vigentes e assegurando que haja empenho prévio para os compromissos assumidos dentro dos recursos orçamentários previstos. A realização de despesas com recursos diretamente arrecadados é efetivada após o recebimento dos mesmos.

(b) Risco de Crédito

Os riscos de crédito da instituição, decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e dos clientes de convênios e particulares, são mínimos e administrados corporativamente. A administração não espera nenhuma perda decorrente por inadimplência em valor superior ao já provisionado.

Os recursos oriundos do Tesouro Nacional são deliberados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e fixados pela Lei Orçamentária Anual e suas regulamentações. Para o exercício de 2024, os recursos orçamentários foram fixados pela Lei 14.822, de 22 de janeiro de 2024.

(c) Estimativa do Valor Justo

Os saldos das Contas a Receber dos Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores estão próximos de seus valores justos.

A Instituição aprovou no Conselho de Administração, na reunião nº 468, realizada em 13 de dezembro de 2021, o critério de apuração das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) relativas a perdas prováveis (*impairment*) de contas a receber de clientes, utilizando como critério as contas vencidas há pelo menos seis (6) meses, acrescido da totalidade de títulos em glosa ou protestados.

05 Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa	25	20
Bancos – Conta Corrente	437	575
Depósitos Bancários de Curto Prazo	523	596
Conta Limite de Saque	160.299	159.040
Saldo Contábil	<u>161.284</u>	<u>160.231</u>

A conta limite de saque é composta pelo saldo dos recursos públicos vinculados a convênios ou recursos especiais que não podem ser aplicados em Fundos de Curto Prazo. Estes recursos estão disponíveis para pagar despesas de capital ou de custeio.

Demonstrações Contábeis

Período findo em 30 de junho de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

06 Créditos de Fornecimento de Serviços e Demais Contas a Receber

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Sistema Único de Saúde (SUS)	50.216	35.111
Convênios Privados	13.899	17.249
Clientes Particulares	7.414	6.232
Créditos Diversos	2.860	1.955
Subtotal	74.389	60.547
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.615)	(10.492)
Valor Líquido a Receber	63.774	50.055

Estes créditos correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Instituição. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD” ou “Impairment”).

Em 30 de junho de 2024 o grupo Demais Contas a Receber somava R\$ 8.557 mil, composto principalmente por recursos a receber da Fundação Médica do Rio Grande do Sul, fundação de apoio ao HCPA nos projetos de pesquisa, ensino e extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação. O montante administrado pela referida fundação é de R\$ 8.077 mil, e está amparado em acordos de cooperação, cujos objetos são ações conjuntas para a execução de projetos de desenvolvimento institucionais.

07 Adiantamentos de Pessoal

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Décimo Terceiro Salário	30.264	10.994
Férias	6.180	10.866
Outros Adiantamentos Concedidos a Pessoal	14	8
Saldo Contábil	36.458	21.868

Por ocasião do pagamento das férias de pessoal, é norma da Instituição adiantar 50% do décimo terceiro salário do exercício de competência. O saldo do adiantamento de décimo terceiro salário refere-se ao exercício de 2024, enquanto que o saldo de férias se refere ao pagamento em junho relativo à competência julho de 2024.

08 Estoques de Materiais de Consumo

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Medicamentos	8.133	9.778
Material Médico, Hospitalar e Laboratorial	7.607	8.898
Material de Órtese e Prótese	2.711	3.276
Materiais e Utensílios	696	617
Rouparia (uniformes)	564	733
Higiene, Limpeza, Segurança, Proteção	314	384
Material de Expediente, Informática e Gráfico	156	203
Combustíveis, Lubrificantes e Gases	42	39
Materiais de Engenharia e Ferramentas	4.164	4.008
Saldo Contábil	24.387	27.936

Os estoques representam os materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. Em 30 de junho de 2024 os estoques garantiam 34 dias de utilização.

Demonstrações Contábeis

Período findo em 30 de junho de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

09 Imobilizado

	<u>Tx. %</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Edifícios	1	808.454	(107.028)	701.426	704.259
Terrenos		67.406	-	67.406	67.406
Obras em Andamento [1]		63.018	(14.663)	48.355	50.664
Bens Móveis e Máquinas	10 a 20	318.869	(210.512)	108.357	118.009
Informática	20 a 50	40.321	(24.873)	15.448	15.609
Veículos Diversos	10 a 20	928	(753)	175	205
Subtotal Imobilizado		1.298.996	(357.829)	941.167	956.152
Bens Móveis em Andamento		187	-	187	-
Saldo Contábil		1.299.183	(357.829)	941.354	956.152

[1] O saldo de obras em andamento está acrescido de instalações e de estudos e projetos, razão pela qual há depreciação.

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os terrenos não são depreciados. A depreciação está demonstrada pelo valor acumulado da data do início da operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As depreciações são calculadas usando o método linear, considerando o valor residual e os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

Movimentação do Ativo Imobilizado

	<u>Custo 01/01/2024</u>	<u>Aquisições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Baixas</u>	<u>Custo 30/06/2024</u>
Edifícios	805.453	-	3.001	-	808.454
Terrenos	67.406	-	-	-	67.406
Obras em Andamento	64.586	1.505	(3.001)	(72)	63.018
Bens Móveis e Máquinas	321.860	1.250	-	(4.241)	318.869
Informática	39.442	1.506	-	(627)	40.321
Veículos Diversos	928	-	-	-	928
Total Imobilizado	1.299.675	4.261	-	(4.940)	1.298.996

10 Intangível

	<u>Tx %</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Software	20 a 50	9.003	(7.472)	1.531	1.604
Saldo Contábil		9.003	(7.472)	1.531	1.604

O Intangível é mensurado pelo seu custo histórico, menos a amortização acumulada. A amortização está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da amortização do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

Demonstrações Contábeis

Período findo em 30 de junho de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

11 Fornecedores

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Sulclean Servicos Ltda	1.041	-
Companhia de Gás do Estado do Rs	776	630
Oracle do Brasil Sistemas Ltda	525	322
Medtronic Comercial Ltda	507	355
Agfa Healthcare Brasil Imp e Serviços Ltda	497	266
Betron Tecnologia em Seguranca Ltda	459	-
Abbott Laboratórios do Brasil Ltda.	444	78
Fortpel - Comércio de Descartáveis Ltda	406	553
Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico-hospitalar S/A	385	207
Ge Healthcare do Brasil Comércio.E Serv.Para Equip.Med.Ltda	362	270
	5.402	2.681
Demais fornecedores	15.634	19.503
Saldo Contábil	<u>21.036</u>	<u>22.184</u>

Os saldos dos fornecedores estão apresentados em ordem decrescente. O montante de R\$ 15.634 está pulverizado em 510 fornecedores em 30 de junho de 2024.

12 Obrigações Tributárias e Sociais

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Tributos Federais e Municipais retidos de Fornecedores	2.233	841
IRRF sobre Folha de Pagamento	31.840	43.087
COFINS sobre Faturamento	170	217
PIS sobre Faturamento	37	47
Obrigações Tributárias	34.280	44.192
Encargos Previdenciários, FGTS e Pensões	38.763	30.380
Obrigações Sociais	38.763	30.380
Saldo Contábil	<u>73.043</u>	<u>74.572</u>

Na conta Obrigações Tributárias são registrados os impostos federais (PIS e COFINS) sobre as receitas próprias, o imposto sobre a renda retido sobre a folha de pagamento dos funcionários e os valores retidos de fornecedores, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e nº 07/73 e IN/RFB nº 1.234/2012 e nº 2.110/2022. Os tributos federais retidos dos fornecedores, o imposto sobre a renda da folha de pagamento e os encargos previdenciários são recolhidos aos cofres públicos por meio de DARF Única gerada a partir do fechamento entre eSocial, EFD-Reinf e transmissão da DCTFWeb. A Instituição goza de isenção de impostos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970.

13 Obrigações com Pessoal

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Salários, Remuneração e Benefícios	59.911	73.791
Previdência e Assistência Médica	6.949	6.854
Empréstimos e Financiamentos	4.894	4.690
Outras Despesas de Pessoal	1.644	1.191
Saldo Contábil	<u>73.398</u>	<u>86.526</u>

Compõe o saldo de obrigações com pessoal o valor referente à folha de pagamento de março de 2024. Em contrapartida, encontram-se depositados na conta única os recursos financeiros para o seu pagamento. A compensação ocorreu no primeiro dia útil de julho de 2024.

Demonstrações Contábeis

Período findo em 30 de junho de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

14 Contingências Passivas e Provisões com Despesas de Pessoal

	30/06/2024			31/12/2023
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Contingências (a)	5.850	802.386	808.236	810.693
Férias a Pagar (b)	151.627	-	151.627	148.904
Décimo Terceiro a Pagar (c)	49.125	-	49.125	-
Licença Especial (d)	84.653	-	84.653	80.622
Tempo de Serviço Passado - TSP (e)	2.385	-	2.385	2.385
Saldo Contábil	293.640	802.386	1.096.026	1.042.604

(a) Contingências

	30/06/2024			31/12/2023
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Trabalhistas	5.850	778.927	784.777	787.926
Cíveis e Administrativas	-	23.459	23.459	22.513
Tributárias	-	-	-	254
Saldo de Contingências	5.850	802.386	808.236	810.693

São reconhecidas como contingências as ações judiciais, classificadas como perdas prováveis. Desta forma, as contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) seguem os seguintes critérios para contabilização: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O saldo das contingências trabalhistas comporta, entre outras, a ação civil coletiva nº 0020639-29.2021.5.04.0014, interposta pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS) em julho de 2021. A ação trata da ausência de intervalos legais intrajornadas de profissionais médicos, previstos no artigo 71º, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e no artigo 8º, § 1º, da Lei 3.999/61, abrangendo em torno de 740 médicos ativos e 220 desligados, para os quais ainda não prescreveu o direito. O SIMERS recorreu da decisão de primeira instância que extinguiu o processo sem resolução do mérito, logo o processo aguarda encaminhamento ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª. região para julgamento. Em 30 de junho de 2024, a ação possui valor estimado em R\$ 335.277 mil e possui expectativa de perda provável conforme os advogados da Coordenadoria Jurídica do HCPA.

No quarto trimestre de 2022 foi ajuizada pelo Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul (SERGS) a Ação Civil Pública nº 0020855-26.2022.5.04.0023. A ação trata de pedido de declaração de nulidade por ausência de previsão legal do regime de trabalho de 12 horas aos sábados, domingos e feriados para os substituídos e pagamento de horas extras excedentes à sexta hora diária e 36ª semanal, abrangendo em torno de 142 enfermeiros ativos e 66 desligados, para os quais ainda não prescreveu o direito. Em 30 de junho de 2024, a ação possui valor estimado em R\$ 55.588 mil e possui expectativa de perda provável, conforme os advogados do HCPA.

Em setembro de 2023 transitou em julgado o cálculo da ação civil coletiva nº 0030900-71.2008.5.04.0026, ajuizada pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS), após a interposição de agravo de petição e recurso de revista. A ação trata da ausência do adicional noturno e da hora reduzida referente ao labor em jornada prorrogada noturna (após às 5h da manhã), abrangendo em torno de 219 médicos. O processo está em finalização, estando os precatórios em expedição para pagamento. Em 30 de junho de 2024, a ação possui valor total estimado em R\$ 37.177 mil.

O contingenciamento das ações que possuem expectativa de perda provável conforme os advogados da Coordenadoria Jurídica do HCPA, acarretou na apresentação de um patrimônio líquido negativo da entidade a partir do mês de agosto de 2023, conforme relatado na nota explicativa nº 15.

Demonstrações Contábeis

Período findo em 30 de junho de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(b) Férias a Pagar	30/06/2024	31/12/2023
Férias		
Saldo Inicial	108.376	93.141
Baixas	(13.460)	(11.459)
Apropriações	15.441	26.694
Total de Férias	110.357	108.376
Encargos Sobre Férias		
Saldo Inicial	40.528	34.812
Baixas	(5.027)	(4.250)
Apropriações	5.769	9.966
Total de Encargos sobre Férias	41.270	40.528
Saldo de Férias a Pagar	151.627	148.904
(c) Décimo Terceiro a Pagar	30/06/2024	31/12/2023
Décimo Terceiro		
Saldo Inicial	-	-
Baixas	(7)	-
Apropriações	35.760	-
Total de Décimo Terceiro	35.753	-
Encargos Sobre Décimo Terceiro		
Saldo Inicial	-	-
Baixas	(2)	-
Apropriações	13.374	-
Total de Encargos Décimo Terceiro	13.372	-
Saldo de Décimo Terceiro a Pagar	49.125	-
(d) Licença Especial	30/06/2024	31/12/2023
Licença Especial		
Saldo Inicial	58.698	54.002
Baixas	(840)	(1.531)
Apropriações	3.779	6.227
Total de Licença Especial	61.637	58.698
Encargos Sobre Licença Especial		
Saldo Inicial	21.925	20.149
Baixas	(315)	(570)
Apropriações	1.406	2.345
Total de Encargos sobre Licença Especial	23.016	21.924
Total de Licença Especial a Pagar	84.653	80.622
(e) Tempo de Serviço Passado (TSP)		

O HCPA possui financiamento com o Banco do Brasil para pagamento do plano de Previdência Privada - TSP - a ser amortizado em 164 parcelas mensais a partir de 1º de junho de 2010, atualizadas pelo INPC com juros mensais de 0,4868%. Este valor é pago com Recursos do Tesouro Nacional e está registrado no Passivo Circulante.

Demonstrações Contábeis

Período findo em 30 de junho de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

15 Patrimônio Líquido

A partir da competência de agosto de 2023, a entidade passou a apresentar Patrimônio Líquido negativo, o que indica que a soma das obrigações da entidade supera a soma de seus ativos. Pelo fato de o HCPA ser uma empresa pública dependente do governo federal, conforme explicitado na Nota Explicativa 1, não há objetivo de auferir lucros. Os constantes resultados negativos repetidos a cada exercício foram ocasionados pelo registro de despesas com base no fato gerador (regime de competência), sendo em maioria montantes referentes ao contingenciamento de ações judiciais trabalhistas, conforme mencionado na nota explicativa nº 14 (a). Ressalta-se que, mesmo com o Patrimônio Líquido negativo, não houve e não há comprometimento das atividades desempenhadas pela entidade e que o Governo Federal realiza repasses financeiros mensalmente para quitar obrigações com terceiros e colaboradores.

(a) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Desde o exercício de 2010, na medida em que o valor dos bens, objetos do ajuste de avaliação patrimonial, são depreciados, amortizados ou baixados, com contrapartida no resultado, simultaneamente, o mesmo valor é transferido da conta de ajuste de avaliação patrimonial para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	(19.297)	(18.494)
Recomposição pela Baixa ou Depreciação de Bens	(397)	(803)
Reversão de Menos Valia	(26)	-
Saldo final	<u>(19.720)</u>	<u>(19.297)</u>

O valor de R\$ 26 em 30 de junho de 2024, refere-se à reversão do valor de menos-valia (reavaliação negativa) incidente sobre bens patrimoniais com saldo residual, em 2010, insuficiente para o seu registro. Este ajuste recompôs o saldo do Imobilizado e da Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.

16 Receita Operacional Líquida

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Serviços Prestados		
Sistema Único de Saúde – SUS	117.116	104.593
Convênios	23.998	25.236
Particulares	5.299	4.826
Pesquisa e Ensino	4.873	10.782
Outros Serviços	2.397	2.326
Total de Serviços Prestados	<u>153.683</u>	<u>147.763</u>
Deduções da Receita Bruta		
PIS sobre Faturamento	(228)	(53)
COFINS sobre Faturamento	(1.052)	(242)
Total das Deduções da Receita Bruta	<u>(1.280)</u>	<u>(295)</u>
Receita Líquida Operacional	<u><u>152.403</u></u>	<u><u>147.468</u></u>

A apresentação do Demonstrativo de Resultado do Exercício está adequada à estrutura da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). Desta forma, os repasses recebidos não compõem o grupo de receitas operacionais, sendo apresentados separadamente na Demonstração do Resultado do Exercício.

Demonstrações Contábeis

Período findo em 30 de junho de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

17 Custos dos Serviços e Despesas Operacionais por Natureza

	30/06/2024			30/06/2023		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Salários e Encargos	681.875	107.930	789.805	606.691	98.739	705.430
Benefícios de Pessoal	43.311	9.112	52.423	38.941	8.898	47.839
Consumo de Materiais	109.267	2.588	111.855	104.240	2.611	106.851
Depreciações/Amortizações	10.801	8.047	18.848	11.054	7.003	18.057
Despesas com Serviços PF e PJ	53.368	24.719	78.087	50.710	24.654	75.364
Subtotais	898.622	152.396	1.051.018	811.636	141.905	953.541
Provisões para Contingências	-	1.488	1.488	-	2.402	2.402
Saldo Contábil	898.622	153.884	1.052.506	811.636	144.307	955.943

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com o sistema de apuração de custos contábeis. Os valores dos custos diretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação e amortização, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referentes aos complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado foram computados os custos e despesas pagos ou incorridos, os quais correspondem às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

18 Despesas de Benefícios a Empregados

	30/06/2024	30/06/2023
Assistência Médica	7.203	5.801
Auxílio Transporte	1.692	1.414
Auxílio Creche	525	548
Auxílio Alimentação	24.522	21.251
Previdência Privada	18.481	18.825
Saldo Contábil	52.423	47.839

Representa os benefícios a empregados, que são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a prestação do serviço do empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de previdência privada de aposentadoria complementar.

19 Outras Receitas e Despesas

	30/06/2024	30/06/2023
Outras Receitas		
Aluguéis	1.039	1.050
Contrato de Prestação de Serviços	1.642	1.568
Doações de Estoque e Uso Permanente	1.668	2.065
Leilões	36	57
Ressarcimentos de Funcionários	1.338	1.181
Restituições de Convênios	2.052	1.075
Reversão de PECLD	1.391	108
Reversão de Provisões TSP	-	1.772
Reversão de Provisões Judiciais	3.945	7.753
Outros Acréscimos	2.633	4.446
Total de Outras Receitas	15.744	21.075
Outras Despesas		
Outros Decréscimos	(3.411)	(187)
Resultado com Baixa de Bens		
Valor Líquido da Baixa de Bens	(407)	(103)
Baixa de Bens e Outras Despesas	(3.818)	(290)
Saldo de Outras Receitas e Despesas	11.926	20.785

Demonstrações Contábeis

Período findo em 30 de junho de 2024

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

20 Resultado Financeiro

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Receita Financeira		
Remuneração de Depósitos	1.414	1.655
Juros e Multas Previstos em Contratos	641	388
Variação Cambial e Monetária Ativa	110	244
Total Receita Financeira	<u>2.165</u>	<u>2.287</u>
Despesa Financeira		
Juros, Multas, Despesas Bancárias e Descontos	(188)	(168)
Variação Cambial e Monetária Passiva	(53)	(412)
Total Despesa Financeira	<u>(241)</u>	<u>(580)</u>
Saldo Contábil	<u>1.924</u>	<u>1.707</u>

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

21 Seguros de Riscos

Incêndio Vultoso e Riscos Nomeados:

A cobertura garante o pagamento de indenização pelos prejuízos de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e outros riscos nomeados na apólice para os imóveis, construções em andamento, instalações, mercadorias, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e bens de terceiros em poder do HCPA. A importância segurada com a empresa AIG Seguros Brasil S.A, referente à cobertura básica, é de R\$ 808.869 e a vigência da apólice é de 01 de agosto de 2023 a 01 de agosto de 2024.

Responsabilidade Civil:

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil com vigência de 31 de julho de 2023 a 31 de julho de 2024. A importância segurada com a empresa Mapfre Seguros Gerais S.A. é de R\$ 14.000.

22 Eventos Subsequentes

De 30 de junho de 2024 até 9 de setembro de 2024, data de aprovação destas demonstrações, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações contábeis apresentadas.

Luciana Raupp Rios Wohlgemuth
Coordenadora Contábil - CRC/RS nº 69.663

Juliana Zwetsch
Contadora – CRC/RS nº 81.901

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE

Relatório sobre a revisão das Demonstrações
Contábeis Intermediárias

Referente ao 2º trimestre de 2024.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

**Administradores e aos Conselheiros do
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE – HCPA
Porto Alegre – RS**

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias do HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da entidade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21(R4) aplicável à elaboração de informações trimestrais.

Ênfase

Patrimônio Líquido (Nota Explicativa 15)

A partir da competência de agosto de 2023, a entidade passou a apresentar Patrimônio Líquido negativo, R\$ 34.677 mil em 30 de junho de 2024, em razão do aumento das contingências consideradas de perda provável, conforme

divulgado na Nota Explicativa 14(a). Pelo fato de o HCPA ser uma empresa pública dependente do Governo Federal, conforme explicitado na Nota Explicativa 1, não há objetivo de auferir lucros. Ressalta-se que, mesmo com o Patrimônio Líquido negativo, não houve e não há comprometimento das atividades desempenhadas pela entidade, e o Governo Federal realiza repasses financeiros mensalmente para quitar obrigações com terceiros e colaboradores. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações contábeis intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Barueri, 9 de setembro de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Rosângela Pereira Peixoto Guarda Rodrigues
Contadora CRC RS 065932/O-7